de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do artigo 75.º do CIRE).

19 de Novembro de 2007. — O Juiz de Direito, *António da Costa Martins*. — O Oficial de Justiça, *João Pereira Coutinho*.

2611069179

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 8237/2007

Processo n.º 1636/07.4TBBRG — Insolvência Pessoa Colectiva

Requerente: Maria Teresa Cunha Ferreira Martins e outros
Insolvente: Temel — Técnica Metalúrgica, Ldª, com sede no Lugar do Pinheiro, Nogueira, Braga

No Tribunal Judicial de Braga, 2.º Juízo Cível, no dia 08/11/2007 foi proferida decisão onde foi ordenada a cessação de funções do administrador de insolvência inicialmente nomeado — Dr. Paulo Alexandre Fernandes Vasconcelos Pereira, e nomeado em sua substituição a Srª Drª Clarisse Barros, com escritório na Rua Cónego Rafael Alvares da Costa, n.º 60, Braga

9 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel G. C. Batista Tavares*. — O Oficial de Justiça, *Maria Gilberta C. Vieira Silva*.

2611069199

Anúncio n.º 8238/2007

Processo n.º 2026/07.4TBBRG — Insolvência pessoa colectiva

Credores: Luís Araújo Dias e outros
Insolvente: Franqueira — Artigos de Decoração, Ldª

Publicidade de decisão que nomeia novo administrador de insolvência nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Braga, 2.º Juízo Cível, no dia 09/11/2007, foi proferida decisão onde foi ordenada a cessação de funções do administrador de insolvência inicialmente nomeado — Dr. Paulo Vasconcelos e nomeada em sua substituição a Drª Clarisse Barros, com escritório na Cónego Rafael Alvares da Costa, n.º 60, 4715-288 Braga.

12 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel G. C. Batista Tavares*. — O Oficial de Justiça, *Maria Gilberta C. Vieira Silva*.

26110669186

Anúncio n.º 8239/2007

Insolvência n.º 7525/05.0TBBRG

A Mª Juíza de Direito do 2.º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Braga, Drª Raquel G.C. Batista Tavares:

Faz saber que, por despacho de 9 de Novembro de 2007 foi ordenada a destituição do anterior administrador da insolvência — Dr. Paulo Vasconcelos — e, em sua substituição, nomeada administradora da insolvência a Drª Maria Clarisse Barros, Endereço: Rua Cónego Rafael Alvares da Costa, 60, 4715-288 Braga

Insolvente: Santo António — Componentes Para Calçado, L.ª, NIF — 503605891, Endereço: Lugar do Rego, Cabreiros, 4700-000 Braga, Braga.

12 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel G. C. Batista Tavares*. — O Escrivão-Adjunto, *João Pereira*.

2611069184

Anúncio n.º 8240/2007

Insolvência pessoa colectiva (Requerida) n.º 7272/04.0TBBRG

A Mmª Juiz de Direito Dra. Raquel G. C. Batista Tavares, do 2.º Juízo Cível — Tribunal Judicial de Braga:

Faz saber que na Insolvência pessoa colectiva (Requerida) n.º 7272/04.0TBBRG, em que é Insolvente A.B. Araújo — Comércio Importação e Exportação de Têxteis e artigos Desportivos Ldª, com sede na Quinta de Marvila, Sequeira — Braga, por decisão proferida em 09/11/2007, foi ordenada a cessação de funções do administrador da Insolvência inicialmente nomeado, Dr. Paulo Alexandre Fernandes Vasconcelos Pereira, e nomeada em sua substituição a Drª Maria Clarisse Barros:

profissão economista — NIF 179363476, com domicílio na Rua Cónego Rafael Alvares da costa, n.º 60- gualtar- 4715-288-Braga.

12 de de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel G. C. Batista Tavares*. — A Escrivã Auxiliar, *Maria da Conceição Teixeira Ferreira*.

2611069220

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 8241/2007

Proc.º n.º 4012/07.5TBBRG

A Nova Sucata, L.ª, NIF — 501870814, Endereço: Lugar de Pegos, Santa Lucrecia, Adaufe, 4710-000 Braga

Maria Clarisse Barros, Endereço: Rua Cónego Rafael Alvares da Costa, 60, 4715-288 Braga

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente, nos termos do disposto no artigo 232.º do CIRE.

Efeitos do encerramento: a) cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando designadamente o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios; b) cessam as atribuições da comissão de credores e do administrador da insolvência, com excepção das referentes à apresentação de contas e das conferidas, se for o caso, pelo plano de insolvência; c) os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor sem outras restrições; d) declara-se extinta a instância do processo de verificação de créditos; e) determina-se que os bens e ou direitos que eventualmente se encontrem apreendidos apenas sejam entregues à devedora depois de transitada em julgado a sentença a proferir no apenso do incidente de qualificação da insolvência.

8 de Novembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Pedro Álvares de Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *João Veloso*.

2611069181

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 8242/2007

Processo n.º 4706/07.5TBBRG-C — Prestação de contas de administrador (CIRE)

Administrador Insolvência: Francisco José Areias Duarte.

Insolvente: Andrade e Lopes, L.ª, e outro(s).

A Dr.ª. Maria da Conceição Barbosa de Carvalho Sampaio, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Andrade e Lopes, L.ª, NIF — 504033115, Endereço: Rua do Fajacal, n.º 84, 4700-000 Braga, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

20 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Barbosa de Carvalho Sampaio*. — O Oficial de Justiça, *José Ferreira da Silva*.

2611069100

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE

Anúncio n.º 8243/2007

Processo: 2001/07.9TBFAF Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Companhia Fiação e Tecidos do Ferro Ldª

Credor: Actinveste — Investimentos Mobiliários e Imobiliários S.ª

Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, por decisão proferida nos autos, foi atribuída ao devedor — seus gerentes:

Companhia Fiação e Tecidos do Ferro Lda, NIF — 502309113, Endereço: Rua José Ribeiro Vieira de Castro, 4820-000 Fafe

Jorge Manuel Pinto de Loureiro, Endereço: Rua Tristão da Cunha, n.º 68, 4150 Porto

João Eduardo Pinto de Loureiro, Endereço: Rua de Eugénio de Castro, n.º 100 — Habitação 404, 4000-000 Porto

Nuno Valentim Pinto de Loureiro, Endereço: Rua de Tristão da Cunha, n.º 68, 4000-000 Porto

a administração da massa insolvente.

No âmbito do plano de insolvência aprovado, será obrigatório o consentimento de Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-138 Porto para a prática dos seguintes actos: alienação ou oneração do activo, bem como tendentes à sua fusão, cisão ou transformação

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

19 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Anabela Susana Ribeiro Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Rosa Rodrigues*.

2611069226

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 8244/2007

Processo n.º 3368/07.4TBGMR — Insolvência de pessoa colectiva/insolvente: Super Talhos 11 Irmãos, L.ª

Insolvente: Super Talhos 11 Irmãos, L.ª, NIF — 506868494, Endereço: Rua Pedro Homem de Melo, 111, Lug. Cachada — S. Torcato, 4800-000 Guimarães.

Administradora: Dr.ª Daniela Fernandes, Endereço: Rua Padre Américo — Edifício Marialva, 1.º J, 3780-236 Anadia.

Ficam notificado todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado. A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente, nos termos do artigo 230 n.ºs 1 a. d) e 2 do CIRE.

15 de Novembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Rui Miguel Barbedo Soare*. — O Oficial de Justiça, *Almesinda Freitas R. Macedo*.

2611069070

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÍLHAVO

Anúncio n.º 8245/2007

Processo: 1269/06.2TBILH-B — Prestação de contas administrador (CIRE)

Insolvente: Soalho Natura — Revestimentos Unip., L.ª

Credor: Luís Paulo da Silva Figueira e outro(s).

A Dr.ª Isabel Cristina Gaio Ferreira de Castro, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Soalho Natura — Revestimentos Unip., L.ª, NIF — 505353792, Endereço: Av.ª José Estevão, 354 B, 3830-000 Gafanha da Nazaré, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

14 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Isabel Cristina Gaio Ferreira de Castro*. — O Oficial de Justiça, *Deolindo Crispim*.

2611069180

Anúncio n.º 8246/2007

Prestação de contas de administrador (CIRE) Processo n.º 19/07.0TBILH-C

Insolvente: Vergas & Almeida, L.da, e outro(s).

Credor: Auto — Sueco (Coimbra) L.da e outro(s).

A Dr. Isabel Cristina Gaio Ferreira de Castro, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Vergas & Almeida, L.da, NIF — 506592049, Endereço: Travessa 13 de Maio, n.º 5, 3830-000 Gafanha da Nazaré, notificados para no prazo de 5 dias,

decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n1 do CIRE)

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

15 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Isabel Cristina Gaio Ferreira de Castro*. — O Oficial de Justiça, *José Sobral*.

2611069148

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 8247/2007

Processo: 766/07.7TYLSB Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Lifestyle — Comércio e Representações, SA
Insolvente: Soul Urban Project, L.ª

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 1.º Juízo de Lisboa, no dia 14-11-2007, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Soul Urban Project, L.ª, NIF 507519671, Endereço: Rua da Bela Vista À Graça, n.º 81 — A, 1170-055 Lisboa, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Severiano António Rodrigues Correia, Endereço: Rua do Eito, 28 R/c, Setúbal, 2900 Setúbal, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Fernando Bordeira Costa, Endereço: Apartado 11, S. Pedro do Estoril, 2766-501 Estoril

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea i do artigo 36.º CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 10-03-2008, pelas 09:45 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).